



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas

**Florianópolis
2024**



1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do Curso

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas

1.2 Categoria

Especialização

1.3 Modalidade

O Curso será oferecido na modalidade presencial, com apoio on-line. O Ambiente Virtual de Aprendizagem Virtual da ENA – AVA ENA Virtual será utilizado como repositório de recursos didáticos e meio de interação docentes/alunos e alunos/alunos durante a oferta das disciplinas, permitindo que aos alunos tenham constante acesso aos conteúdos, acompanhamento docente e possam interagir com colegas.

A carga horária das disciplinas é distribuída entre aulas presenciais, realizadas às quintas-feiras e sextas-feiras no período vespertino, aliadas a atividades de leitura, pesquisa e outras tarefas acadêmicas complementares. Estas atividades serão definidas pelos professores de cada disciplina, conforme as necessidades específicas do conteúdo abordado. A avaliação final em cada disciplina será feita por exames, provas, elaboração de trabalhos e apresentação de seminários acadêmicos, a critério do professor responsável.

1.4 Local de Realização

Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, CEP 88035-001, Florianópolis, Santa Catarina.

A ENA possui Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com a Udesc que prevê utilização de espaços físicos entre as instituições.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Fundação ENA realiza cursos e programas de capacitação e formação continuada,



voltados aos servidores públicos das três esferas de poder: Estadual, Municipal e Federal, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão, que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

Os cursos têm como objetivo desenvolver nos servidores públicos uma visão ampla e integrada da administração pública, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade. Neste sentido, a ENA promove a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre a gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio de alunos com instituições nacionais e internacionais públicas e privadas.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas surge a partir da identificação de uma demanda reprimida por capacitação em formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, em especial entre os servidores públicos estaduais de Santa Catarina.

O Curso tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento e qualificação dos servidores públicos por meio do aperfeiçoamento teórico-prático, que lhes permitam realizar análises para a tomada de decisões sobre administração pública atendendo à necessidade de preparar quadros qualificados, que promovam mudanças significativas no trabalho e na melhoria do desempenho da Administração Pública e sua função social perante os interesses da sociedade.

2.1 Justificativa

Os novos desafios que se apresentam à Administração Pública exigem que o servidor público esteja preparado para responder a crescentes demandas técnicas, sociais, políticas e ambientais. Para tanto, cursos de Especialização são necessários para que estes servidores tenham preparo técnico-político e metodológico para formular, implementar e avaliar as políticas públicas em seu campo de atuação.

A área de conhecimento e atuação profissional de Políticas Públicas é transversal aos domínios de atuação pública, tais como saúde, educação, segurança, meio ambiente, infraestrutura, gestão, e por isso é capaz de fornecer ferramental necessário para enfrentar os



desafios contemporâneos.

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas buscará aprimorar os conhecimentos, habilidades e atitudes do servidor público, aguçar o seu senso crítico, a sua capacidade técnico-científica e postura ética para compreender, discutir e aplicar as abordagens teóricas e práticas ligadas a Gestão de Políticas Públicas.

O perfil pragmático do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas prioriza a formação de um profissional que consiga aplicar os conhecimentos teórico-metodológicos na situação-problema que tem em mãos, em seu órgão de pertencimento, e que seja corresponsável pelo atendimento de demandas das organizações públicas.

A realização da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas possibilitará a atualização profissional com a agregação de conhecimentos e aprimoramento do currículo aos servidores públicos. Além dos conteúdos e conhecimentos, a troca de conhecimentos e de experiências entre rede de relacionamentos proporcionada pelo ambiente da Pós-Graduação, possibilitará a formação de relações e redes de cooperação entre Gestores de Políticas Públicas dos diversos órgãos.

3 COORDENAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

3.1 Representante Institucional - ENA:

Estevão Roberto Ribeiro, Doutor – Presidente da ENA

3.2 Equipe Técnica e Administrativa- ENA:

Alex Fabiano Wehrle, Mestre – Diretor Técnico Científica

Patrícia Kalabaide, Especialista – Gerente de Formação Profissional

Luiz Fabiano da Silva, Especialista – Gerente da Ena Virtual

3.3 Coordenador Técnico:

Professor Leonardo Secchi, Ph.D.



3.4 Coordenador Pedagógico:

Professora Ana Paula Netto Carneiro, Mestre.

4 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento e qualificação dos servidores públicos por meio do aperfeiçoamento teórico-prático, que lhes permitam realizar análises para a tomada de decisões sobre administração pública atendendo à necessidade de preparar quadros qualificados, que promovam mudanças significativas no trabalho e na melhoria do desempenho da Administração Pública e sua função social perante os interesses da sociedade.

4.2. Objetivos Específicos:

- Apresentar aos alunos o estado da arte teórico e metodológico sobre temas de Gestão de Políticas Públicas e suas intersecções com temas contemporâneos como Inteligência Artificial, inovação pública, sustentabilidade, narrativas e fake News, judicialização de políticas públicas e ética pública.
- Proporcionar aos alunos espaço para experimentação de métodos, procedimentos e técnicas que possam ser úteis para o enfrentamento dos problemas públicos reais que acometem os órgãos públicos.
- Alavancar a progressão e promoção de servidores públicos em cargos técnicos, políticos ou gerenciais na Administração Pública.
- Incentivar a elaboração de trabalhos acadêmicos ou relatos técnicos sobre conhecimento teórico ou prático gerado durante o Curso, com vistas à publicação em revistas científicas ou profissionais, nacionais ou internacionais.
- Fortalecer as relações, redes e cooperação técnica entre os alunos vinculados aos diversos órgãos da administração pública direta ou indireta, legislativo, judiciário e Ministério Público.

4.3 Público-alvo

4.3.1 Servidores públicos estaduais:

O Curso é prioritariamente direcionado a servidores públicos de Santa Catarina



possuidores de diploma de ensino superior, que atuem no Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público.

4.3.2. Servidores públicos de outras esferas:

O Curso também busca atender à demanda de servidores públicos municipais ou federais, especialmente aqueles residentes em Santa Catarina, e que atuem direta ou indiretamente com formulação, implementação, avaliação de programas e ações públicas, obras, campanhas, legislação e regulamentos e serviço público.

4.3.3. Pessoal de empresas privadas e organizações sociais

O Curso também está aberto a portadores de diploma de nível superior que atuem em organizações privadas ou do terceiro setor, em especial aqueles que atuem na relação com órgãos públicos ou com políticas públicas.

4.4 Número de Vagas (Mínimo e Máximo)

Mínimo 30 e máximo 40 alunos.

4.5 Modalidade, carga horária e frequência

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas será realizada na modalidade presencial com suporte on-line no AVA ENA Virtual, totalizando 360 (trezentos e sessenta) horas. A frequência às aulas, seminários e outras atividades obrigatórias programadas serão objeto do processo de avaliação do curso. A frequência mínima obrigatória para cada disciplina será de 75% (setenta e cinco por cento).

4.6 Período e periodicidade

O curso se desenvolverá por um período de 14 (quatorze) meses. As aulas e demais atividades previstas no Curso serão concentradas nos 12 (doze) primeiros meses, em encontros quinzenais. Os 02 (dois) meses restantes serão destinados à execução de investigação e à redação do Trabalho de Conclusão de Curso que poderá tomar o formato de artigo acadêmico ou relato técnico. Para efeitos deste curso de Pós-Graduação adotar-se-á a hora/aula correspondente a 50 minutos, ofertados nas quintas-feiras e sextas-feiras das 13h10 às 17h40.

4.7 Inscrições

As inscrições no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas



serão realizadas junto à Fundação ENA por meio do link dedicado e disponibilizado na página oficial da ENA.

4.8 Inscrição e matrícula

As inscrições serão efetuadas por meio do link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfPRWo24OTDwcUSD9fZrx48EszlljAVBXaiNIhYfds23Mj8nw/viewform> e a matrícula por meio do endereço eletrônico secretaria.academica@ena.sc.gov.br.

4.9 Valor do curso

O valor do Curso é de **R\$ 19.680,00** (dezenove mil, seiscentos e oitenta mil reais). O valor do Curso pode ser parcelado sem juros em até 12 (doze) vezes de **R\$ 1.640,00** (hum mil, seiscentos e quarenta reais).

4.10 Processo de seleção

O Processo de seleção terá como critério a ordem de inscrição dos candidatos observando o número mínimo e máximo de alunos por turma, sob avaliação prévia da Coordenação do Curso e da ENA.

4.11 Critérios de avaliação e rendimento

4.11.1 No curso

Para receber o título de Especialista em Gestão de Políticas Públicas, o aluno deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas conforme os critérios estabelecidos (frequência e nota mínima) e ter obtido a nota mínima de 7,0 no TCC.

4.11.2 Nas disciplinas

A verificação de aprendizagem será realizada por disciplina, mediante a realização de provas, seminários, trabalhos individuais e/ou de grupos, em conformidade com os critérios adotados pelo professor de cada disciplina. As notas serão padronizadas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez), com até uma casa decimal após a vírgula. Para ser aprovado em cada disciplina, o aluno deverá ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para a disciplina, e nota final mínima de 7,0 (sete virgula zero) pontos.

4.11.2 No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)



Além da aprovação nas disciplinas componentes do curso, para se obter o título de Especialista, o aluno deverá apresentar, ao término do conjunto de disciplinas, um **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**.

O TCC será realizado por meio da elaboração de um artigo científico ou relato técnico.

Se a modalidade escolhida pelo aluno for artigo científico, ele deverá abordar uma temática relevante e pertinente ao campo de estudo do curso, demonstrando a capacidade do aluno relacionar os elementos teóricos aprendidos com a realidade empírica investigada, trazendo alguma contribuição ou resultado do processo de investigação científica.

Se a modalidade escolhida pelo aluno for relato técnico, ele deverá realizar um diagnóstico de uma situação problema real, estudar alternativas ou soluções e propor uma recomendação para a mitigação ou resolução do problema público identificado.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ter um mínimo de 12 páginas, formatado com letra Times New Roman tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas e margens de 2,5 cm em todos os lados da folha.

Os artigos deverão inéditos e individuais, com a orientação de um professor supervisor/orientador. O conteúdo do artigo deve ser organizado de forma clara e estruturada, incluindo os seguintes elementos:

- Título
- Resumo/abstract
- Introdução (tema, problema, objetivos)
- Fundamentação teórica (segmentada em tópicos temáticos relevantes para a análise)
- Metodologia (caracterização do estudo, procedimentos de coleta de dados, procedimentos de análise de dados)
- Resultados e discussão
- Conclusão
- Referências (citação das fontes bibliográficas ou documentais que foram referenciadas no texto, seguindo as normas da ABNT)

Os relatos técnicos também deverão ser inéditos e individuais, construídos sob a orientação de um professor supervisor ou orientador. O conteúdo dos relatos técnicos deverá ser estruturado da seguinte maneira (SBAP, 2024, pp. 22-23):



- “Título
- Resumo/abstract
- Introdução (contexto e antecedentes político-administrativos, diagnóstico do problema público, objetivo da política/programa/ação/intervenção)
- Corpo do trabalho (relato da experiência ou construção do processo decisório ou estruturação da proposta de política/programa/ação/intervenção ou resultados de processo avaliativo, metodologia adotada para implementação/avaliação, fatores críticos de sucesso ou insucesso, aprendizados, recursos financeiros-orçamentários, aspectos políticos, aspectos técnicos, aspectos administrativos, aspectos jurídicos).
- Recomendações: orientações práticas para casos similares, recomendações para tomador de decisão, ajustes necessários, orientações para a adaptação de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos etc.
- Referências (citação das fontes bibliográficas ou documentais que foram referenciadas no texto, seguindo as normas da ABNT)”.

O TCC será avaliado pelo professor orientador/supervisor, cuja nota computará 60% da nota final do trabalho, e por um professor avaliador em regime de *blind review* designado pela Coordenação do Curso, cuja nota computará 40% da nota final do trabalho. Os critérios para a avaliação dos TCCs serão (SBAP, 2024, pp. 22-24):

Artigo científico	Relato Técnico
“RELEVÂNCIA: Contribui para o conhecimento na área de Administração Pública ou das políticas públicas. Apresenta novidade ou relevância científica (tema, teoria, método, resultado). O objetivo do estudo está exposto com clareza.	“RELEVÂNCIA: Contribui para a prática da gestão pública ou das políticas públicas. - Apresenta relevância ou novidade prática (diagnóstico, análises, soluções, recomendações, aprendizados).
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Refletem o estado da arte sobre o objeto da investigação. Suportam o conhecimento científico no âmbito do artigo. Guardam relação lógica com os resultados do artigo. São aderentes às conclusões.	DELIMITAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA: O problema prático (de gestão ou de política pública) está exposto com clareza. Contextualiza a situação problema historicamente ou com relação a outros casos similares. Traz relação da teoria com a prática de gestão de maneira lógica e proveitosa.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Está claramente definido e consistente com o(s) objetivo(s) do artigo. Coadunam com as referências teóricas utilizadas. Está bem exposto e devidamente utilizado, considerando os resultados obtidos.	RELATO DA EXPERIÊNCIA: Apresentação do objetivo da política/programa/ação/intervenção. São apresentados os componentes da política/programa/ação/intervenção de forma clara e objetiva. Apresenta interpretação dos resultados de maneira correta e imparcial, evitando adjetivações ou otimismo exagerados com sua própria experiência. Adicionam conhecimento novo ou relevante à prática



	da gestão.
ANÁLISE: São apresentadas de forma clara e objetiva. A interpretação dos resultados está correta, ou quando em ensaio teórico, há uma articulação profícua entre as teorias trabalhadas. Adicionam conhecimento novo ou relevante à temática em investigação.	RECOMENDAÇÕES: Apresenta um fechamento conclusivo coerente com o corpo do relato técnico. Traz orientações práticas para casos similares ou recomendações para tomadores de decisão. Aponta ajustes necessários para a própria prática ou orientações do "o que fazer" e do "como fazer" adaptações de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos. "
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Está fundamentada coerentemente no referencial teórico. Estão baseadas nos resultados encontrados, ou quando em ensaio teórico, nas teorias abordadas. Está exposta de forma clara e objetiva. "	

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) serão trabalhos monográficos individuais, vedada a construção de TCC em dupla ou grupos. Tal restrição serve para cada egresso possa demonstrar individualmente a sua capacidade suficiente de análise, síntese, apreensão e aplicação de conhecimento em Gestão de Políticas Públicas.

A alocação de professores orientadores para cada TCC será realizada pela Coordenação do Curso, devendo o aluno indicar nome(s) de professor(es) de sua preferência ou afinidade. A Coordenação do Curso irá fazer a alocação tomando em conta a preferência do aluno, mas também a proximidade temática e a disponibilidade dos professores para realizar o trabalho de supervisão.

Os TCCs serão desenvolvidos em alguma das seguintes linhas de pesquisa:

1. **Administração pública estratégica:** pesquisas ou estudos que tenham temáticas relacionadas à condução estratégica da Administração Pública, entre elas os planejamentos estratégicos, a relação com a política institucional, os modelos de gestão e as políticas públicas.
2. **Gestão setorial:** pesquisas ou estudos que tenham como preocupação central a gestão de áreas de especialidade da área meio, tais como a gestão de pessoas, a gestão financeira e orçamentária, a gestão de compras, a gestão de projetos e processos e a comunicação e o marketing público.
3. **Inovação e coprodução:** pesquisas ou estudos que se debrucem sobre temas de inovação e transformação digital na Administração Pública, ou que estejam na intersecção entre Estado e Sociedade para a promoção da transparência e a coprodução do bem público.



O prazo máximo para a entrega do TCC, em qualquer caso, é de até 60 (sessenta) dias após o término da última disciplina.

5 CONCEPÇÃO GERAL

O currículo do curso foi estruturado de forma a conduzir o aluno à obtenção final do título de Especialista em Gestão de Políticas Públicas.

A estrutura curricular do curso está distribuída em 12 (doze) meses de aulas com 360 horas/aula de conteúdo específico. Outros 02 (dois) últimos meses estão dedicados à realização do TCC, totalizando 14 (quatorze) meses de curso.

A área de Políticas Públicas é um campo disciplinar de conhecimento aplicado voltado para o tratamento de problemas públicos. A sua intersecção com a área de Gestão acontece nas diversas etapas do ciclo de políticas públicas (Howlett, Ramesh, Perl, 2013) desde a formação da agenda, até a avaliação de políticas públicas. Fazer gestão de política pública significa planejar, organizar, dirigir e controlar a alocação de recursos (humanos, materiais, financeiros, simbólicos) para que determinado instrumento de política pública (ex. lei, programa, obra, serviço, campanha, etc) atinja seu objetivo com eficiência e eficácia.

A concepção deste curso segue a filosofia pragmática, em que o conhecimento produzido deve servir para ajudar o tomador de decisão em todas as etapas do ciclo de política pública: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção (Secchi, Coelho, Pires, 2019)

Além desta estrutura referencial do Ciclo de Política Pública, o curso foi organizado de maneira a tratar temas contemporâneos que impõe desafios grandes à gestão de políticas públicas, quais sejam a Inteligência Artificial, a inovação em políticas públicas, os dilemas éticos públicos e a judicialização das políticas públicas.

5.1 Abordagem Pedagógica

A abordagem pedagógica adotada se apoia nos três elementos fundantes da área de políticas públicas (Lasswell, 1951), quais sejam:

- **Interdisciplinaridade:** o conhecimento de política pública está na intersecção das disciplinas de administração pública, economia, ciência política, direito, psicologia social e



sociologia, dentre outros campos do saber emergentes como o *Design*, Tecnologia e Inovação.

- **Normatividade:** a produção e disseminação de conhecimento de política pública assume e explicita os valores fundamentais que estão em conflito na arena política, quais sejam a eficiência, eficácia, equidade, igualdade, resiliência, sustentabilidade, dentre outros.

- **Orientação à resolução de problemas:** as práticas pedagógicas também se apoiam no viés pragmático da área de políticas públicas, buscando diagnosticar problemas públicos, elaborar alternativas e recomendar soluções para a mitigação ou solução de casos concretos.

5.2 Módulos, disciplinas e corpo docente

As atividades do curso estão divididas em 3 módulos, com as seguintes disciplinas, respectivas cargas horárias e professores titulados:

Módulo I – Do surgimento do problema público ao nascimento da política	Carga Horária	Docente	Titulação
1.1 Introdução a Políticas Públicas	15	Leonardo Secchi	Doutor
1.2 Problemas públicos e agenda pública	15	Ricardo Alves Cavalheiro	Doutor
1.3 Análise <i>ex ante</i> de política pública	30	Guilherme Kraus dos Santos	Mestre
1.4 Ciência comportamental aplicada a políticas públicas	15	Ana Luize Correa Bertocini	Mestre
Módulo II – Processo decisório e inovação	Carga Horária	Corpo Docente	Titulação



2.1 Inteligência Artificial e políticas públicas	30	Denilson Sell	Doutor
2.2 Inovação no setor público	30	Micheline Gaia Hoffmann	Doutor
2.3 Teoria da decisão	30	Julíbio Ardigó	Doutor
2.4 Orçamento e políticas públicas	30	Marcus Tomasi	Doutor
Módulo III – Do nascimento da política à sua extinção	Carga Horária	Corpo Docente	Titulação
3.1 Implementação de políticas públicas e burocracia	30	Sulivan Desirée Fischer	Doutor
3.2 Ética e políticas públicas	30	Marcello Beckert Zappellini	Doutor
3.3 Judicialização das políticas públicas	30	Marcos Fey Probst	Doutor
3.4 Avaliação de impacto de políticas públicas	30	Marcos Vinício Wink Jr.	Doutor



3.5 Extinção de políticas públicas	15	Leonardo Secchi	Doutor
IV Disciplina transversal aos módulos			
4.1 Metodologia do trabalho científico	30	Ana Paula Carneiro	Mestre
Total de horas	360		

5.3 Ementas e bibliografias das disciplinas

<p>Disciplina: Introdução a Políticas Públicas (15 horas)</p> <p>Ementa: Conceitos básicos sobre problema público e políticas públicas. Tipologias de políticas públicas. Atores e instituições. Ciclo de Políticas Públicas. Estilos de políticas públicas.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração Pública e Políticas Públicas. Revista de Administração Pública, vol, 45, n. 3, 2011, pp. 813-836.</p> <p>FISCHER, Frank. Truth and post-truth in public policy: interpreting the arguments. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. (pp. 1-23).</p> <p>HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009.</p> <p>HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>OLLAIK, Leila Giandoni, MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Revista de Administração Pública, vol. 45, n. 6, nov. – Dez, 2011, p. 1943-1967.</p> <p>SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.</p>
<p>Disciplina: Problemas públicos e agenda pública (15 horas)</p> <p>Ementa: Definição de problema. Percepção do problema. Delimitação do problema. Problema individual. Problema coletivo. Problema privado. Problema público. Problema súbito. Problema incremental. Problema em declínio. Problema estável. Problema cíclico. Elementos dos problemas: causas, soluções, obstáculos, avaliações. Definição de agenda. Tipos de agenda: agenda privada, política, formal, dos meios de comunicação. Dinâmica das agendas: formação, ascensão e declínio.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>BAUMGARTNER, F. R., JONES, B. D. Agendas and instability in American politics. Chicago: University of Chicago Press, 1993</p>



<p>HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009.</p> <p>HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>FISCHER, Frank. Truth and post-truth in public policy: interpreting the arguments. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. (pp. 1-23).</p> <p>SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.</p>
<p>Disciplina: Análise <i>ex ante</i> de política pública (30 horas)</p> <p>Ementa: O papel da análise <i>ex ante</i>; Diagnóstico do Problema; Desenho da política e sua caracterização (objetivo, público-alvo, metas, indicadores, cobertura, seleção dos beneficiários. ações a serem executadas e atores envolvidos); Modelo Lógico; Impacto orçamentário e financeiro; Estratégia de implementação; Estratégia de Monitoramento, Avaliação e Controle.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise <i>ex ante</i>. Brasília: IPEA, 2018.</p> <p>CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise <i>ex post</i>. Brasília: IPEA, 2018.</p> <p>JANNUZZI, P. M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.</p> <p>SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.</p> <p>WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: Concepções e práticas. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004</p>
<p>Disciplina: Ciência comportamental aplicada a políticas públicas (15 horas)</p> <p>Ementa: Introdução à Ciência Comportamental: reunificação da psicologia com a economia. Introdução à Economia Comportamental: escolha racional, racionalidade limitada, dois sistemas e dimensões temporais e sociais. Vieses e heurísticas. Arquitetura de escolha. Nudge e Sludge. Ruído e a falha no julgamento humano. A Economia Comportamental na Política Pública. Tendências, oportunidades, implicações e dilemas da Economia Comportamental na área de Políticas Públicas. Exemplos práticos do uso da Ciência Comportamental em Políticas Públicas.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>Ávila, F.; Bianchi, A. M. (Orgs.). (2019) Guia de Economia Comportamental e Experimental / tradução Laura Teixeira Motta - 2ª ed. São Paulo: Economia Comportamental.org.</p> <p>Datta, S. and Mullainathan, S. (2014), Behavioral Design: A New Approach to Development Policy. Review of Income and Wealth, 60: 7–35.</p> <p>Kahneman, D. (2012). Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.</p> <p>Kahneman, D.; Sibony; O. Sunstein, C. R. (2021). Ruído: uma falha no julgamento humano. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.</p> <p>Thaler, R. H.; Sunstein, C. R. (2008). Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth and Happiness. New Haven & London: Yale University Press.</p> <p>Thaler, R. H.; Sunstein, C. R. (2023). Nudge: como tomar melhores decisões: Edição ampliada e</p>



definitiva. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
<p>Disciplina: Inteligência Artificial e políticas públicas (30 horas)</p> <p>Ementa: IA e Políticas Públicas: Perspectiva histórica da IA. Tipos e Modelos de IA. Cenários e casos de uso de IA no setor público. IA e Tomada de Decisão em Políticas Públicas. Estratégias para adoção de IA e implementação de políticas públicas orientadas por IA no setor público. Ética, Transparência e Políticas para uso de IA no governo. Desafios e Futuro da IA em Políticas Públicas.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>Foreman, John W. Data smart: usando data science para transformar informação em insight. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 425 p.</p> <p>Lee, K. F. Inteligência artificial. Rio de Janeiro, Globo Livros, 2019.</p> <p>Mueller, John Paul, and Luca Massaron. Inteligência Artificial para leigos. Alta Books, 2019.</p> <p>Shark, Alan R., ed. Artificial Intelligence and its impact on public administration. National Academy of Public Administration, 2019.</p>
<p>Disciplina: Inovação no setor público (30 horas)</p> <p>Ementa: Fundamentos conceituais. Tipologias. Indutores, barreiras, desafios e impactos da inovação no setor público. Inovação no setor público como um fenômeno colaborativo: ecossistemas de inovação; governança colaborativa para inovação; design e co-criação de políticas, serviços e solução de problemas públicos sob a abordagem da inovação. Laboratórios de inovação no setor público e instrumental para processos colaborativos de inovação. Experiências nacionais e internacionais.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. Co-creation: the new kid on the block in public governance. Policy & Politics, v. 42, n. 2, pgs 211–230, 2021.</p> <p>ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. Public innovation through collaboration and design. New York: Routledge, 2014.</p> <p>CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marlzaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Wilber. Inovação no setor público. Teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP; IPEA, 2017.</p> <p>DALSGAARD, Peter. Pragmatism and Design Thinking. International Journal of Design, v. 8, n. 1, pgs. 143-155, 2014.</p> <p>HOFFMANN, Micheline Gaia; MURAD, Elisa Pereira; LEMOS, Dannyela da Cunha; FARIAS, Josivania Silva; SANCHES, Beatriz Lancellotti. Characteristics of innovation ecosystems' governance: an integrative literature review. International Journal of Innovation Management, v. 26, n. 8, pp. 1-25, 2022.</p> <p>OSBORNE, Stephen P.; BROWN, Louise. Handbook of innovation in public services. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.</p> <p>SANO, Hiranobu. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: ENAP, 2020.</p>
<p>Disciplina: Teoria da decisão (30 horas)</p> <p>Ementa: Decisão e racionalidade. Racionalidade absoluta e racionalidade limitada. Incrementalismo decisório. Fluxos múltiplos e janelas de oportunidade. Modelo da lata do lixo. Matriz síntese de avaliação. Matriz de tomada de decisão.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p>



<p>COHEN, M. D.; MARCH, J.; OLSEN, J. P. A garbage can model of organizational choice. <i>Administrative Science Quarterly</i>, v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.</p> <p>KINGDON, J. W. <i>Agendas, alternatives, and public policies</i>. Boston: Little, Brown and Company, 1984.</p> <p>SECCHI, Leonardo. <i>Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções</i>. São Paulo: Cengage, 2016.</p> <p>SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. <i>Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos</i>. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.</p> <p>SUBIRATS, J. <i>Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración</i>. Madrid: Inap, 2020.</p>
<p>Disciplina: Orçamento e políticas públicas (30 horas)</p> <p>Ementa: Orçamento e planejamento. O orçamento baseado em programas. Processo orçamentário: estrutura, elaboração, discussão e aprovação - Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Execução das despesas públicas. Controle da execução orçamentária: controles Interno e Externo.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>COUTO, Leandro Freitas; RODRIGUES, Júlia Marinho (Orgs.). <i>Governança orçamentária no Brasil</i>, Brasília: IPEA, 2022.</p> <p>FUNCIA, Francisco Rózsa, VIGNOLI, Francisco Humberto. <i>Planejamento e orçamento público</i>. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.</p> <p>GIACOMONI, J. <i>Orçamento Governamental - Teoria - Sistema - Processo</i>. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>PIRES, Valdemir A. <i>Orçamento público: abordagem técnico-política</i>. Ararquara: editora da Unesp, 2011.</p>
<p>Disciplina: Implementação de políticas públicas e burocracia (30 horas)</p> <p>Ementa: Trajetória dos estudos sobre implementação de políticas públicas. Abordagens clássicas e modernas. A burocracia na implementação de políticas públicas. Capacidades estatais e arranjos institucionais na implementação de políticas públicas. A implementação como processo decisório contínuo. Estudos de implementação de políticas públicas no Brasil.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. <i>The new public service: serving, not steering</i>. New York: M.E.Sharpe, c2003. cap.6, p.103-117.</p> <p>FARIA, C. A (Org). <i>Implementação de políticas públicas: teoria e prática</i>. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.</p> <p>HOWLETT,M.;RAMESH,M.;PERL,A. (Org.).<i>Política Pública. Seus Ciclos e Subsistemas. Uma Abordagem Integradora</i>. 1a edição ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012.</p> <p>LIPSKY, Michael. (1980). <i>Street Level Bureaucracy</i>. New York: Russell Sage Foundation.</p> <p>PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela Spanghero; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.).<i>Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas</i>. Brasília, DF: IPEA, 2018. ISBN9788578113315. E-book. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil.pdf.</p>



<p>SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage, 2013.</p>
<p>Disciplina: Ética e políticas públicas (30 horas) Ementa: Conceito de ética. Três correntes de pensamento ético: Virtudes, Deontologia, Consequencialismo. A ética e as políticas públicas: noções básicas e valores fundamentais. A análise ética da política. Referências Bibliográficas: ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 4. Ed. São Paulo: Edipro, 2014. CRISP, Roger, et al. (orgs.). Ética aplicada e políticas públicas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. GOODIN, Robert E. Utilitarianism as a public philosophy. Cambridge (US): Press Syndicate of the University of Cambridge, 1995. LEVER, Annabelle; POAMA, Andrei (eds.). The Routledge handbook of ethics and public policy. Abingdon: Routledge, 2019. SEN, Amartya. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. TORRES, João Carlos Brum (org.). Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada. Petrópolis: Vozes; Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: BNDES, 2014.</p>
<p>Disciplina: Judicialização das políticas públicas (30 horas) Ementa: Federalismo. Competências constitucionais dos entes da Federação. Garantia dos direitos fundamentais. Separação dos Poderes. Controle jurisdicional de políticas públicas. Análise crítica de precedentes dos Tribunais Superiores, incluindo o Tema n. 698 do STF. A judicialização das políticas públicas e seus desdobramentos no campo do Direito, da Política e da Economia. Referências Bibliográficas: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ABBOUD, Georges. Direito constitucional pós-moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. O custo dos direitos. Por que a liberdade depende de impostos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.</p>
<p>Disciplina: Avaliação de impacto de políticas públicas (30 horas) Ementa: O problema de avaliação de impacto: inferência causal. Métodos de avaliação de impactos de políticas públicas: experimentos aleatórios, regressões em descontinuidade, variáveis instrumentais, diferenças em diferenças, pareamento. Questões éticas em processos avaliativos. Referências Bibliográficas: Ravallion, M.. 2001. "The Mystery of Vanishing Benefits: An Introduction to Impact Evaluation," World Bank Economic Review, 15(1), 115-140. GERTLER, Paul J. et al. Impact evaluation in practice. The World Bank, 2016 Duflo, E., R. Glennerster e M. Kremer. (2006). "Using Randomization in Development Economics Research: A Toolkit". Poverty Action Lab, mimeo.</p>



CARD, David. Using geographic variation in college proximity to estimate the return to schooling. Carpenter, Christopher, and Carlos Dobkin. "The effect of alcohol consumption on mortality: regression discontinuity evidence from the minimum drinking age." *American Economic Journal: Applied Economics* 1.1 (2009): 164-182.

KRUEGER, Alan B.; CARD, David. *Minimum wages and employment: A case study of the fast food industry in New Jersey and Pennsylvania*. 1993.

Disciplina: Extinção de políticas públicas (15 horas)

Ementa: Decaída, substituição e extinção. Razões para a extinção de políticas públicas. Inércia institucional e relutância à extinção. Interesses contrapostos e seus efeitos na extinção. Tipos de políticas públicas e suas implicações sobre a extinção. Janelas de oportunidade aplicada à extinção.

Referências Bibliográficas:

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives, and public policies*. Boston: Little, Brown and Company, 1984.

LOWI, T. J. *The state in politics: the relationship between policy and administration*, In NOLL, R. G. (org.) *Regulatory policy and social sciences*. Berkeley: University of California Press, 1985.

SECCHI, L., COELHO, F. S., PIRES, V. *Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos*. 3.ed. São Paulo: Cengage, 2019

SOUZA, Y. H., SECCHI, L. *Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle*. *Cadernos de gestão pública e cidadania*. V. 20, n. 66, jan-jun, 2015.

Disciplina: Metodologia do trabalho científico – EAD (30 horas)

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Métodos e técnicas de pesquisa científica. A pesquisa científica e suas classificações. Projeto de pesquisa científica. Normas da ABNT para elaboração do projeto de pesquisa. Elaboração de trabalhos acadêmicos: resumo, resenha crítica e seminário. Fontes de pesquisa. Plágio acadêmico e científico. Trabalhos científicos: artigo e monografia. A organização dos textos científicos e acadêmicos (Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT). Meios de divulgação da pesquisa científica.

Referências Bibliográficas:

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BASTOS, C. L. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.



5.4 Cronograma

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas terá início em março de 2024. As aulas serão realizadas nas quintas-feiras e sextas-feiras das 13h10 às 17h40.

DISCIPLINAS		Docente	Datas
	Aula inaugural	Leonardo Secchi	A definir
1	Introdução a Políticas Públicas	Leonardo Secchi	As disciplinas serão oferecidas no período de abril de 2024 a abril de 2025, totalizando as 360 horas em 12 meses.
2	Problemas públicos e agenda pública	Ricardo Alves Cavalheiro	
3	Análise <i>ex ante</i> de política pública	Guilherme Kraus dos Santos	
4	Ciência comportamental aplicada a políticas públicas	Ana Luize Corrêa	
5	Inteligência Artificial e políticas públicas	Denilson Sell	
6	Inovação em políticas públicas	Micheline Gaia Hoffmann	
7	Teoria da decisão	Julíbio Ardigó	
8	Implementação de políticas públicas e burocracia	Sullivan D. Fischer	
9	Ética e políticas públicas	Marcello B. Zappellini	
10	Judicialização das políticas públicas	Marcos Fey Probst	
11	Orçamento e políticas públicas	Marcus Tomasi	
12	Avaliação de impacto de políticas públicas	Marcos Vinício Wink Jr.	
13	Extinção de políticas públicas	Leonardo Secchi	
14	Metodologia do trabalho científico	Ana Paula	



	(EAD)	Carneiro	
15	TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	Orientadores a definir	O TCC será desenvolvido de maio a junho de 2025.

5.5 Corpo docente

O corpo docente do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas é formado por professores 11 (onze) doutores e 03 (três) professores mestres, com larga experiência didática e atuação na área pública.

O corpo docente do curso será constituído a partir de três diretrizes básicas: 1) ser credenciado junto à Comissão de Credenciamento de Docentes da Fundação, 2) ter experiência e expertise na área de conhecimento e a 3) compatibilidade da titulação.

Os professores terão experiência didática e relacionada à área de Administração Pública. Preferencialmente serão convidados professores que já tenham ministrado aulas em cursos oferecidos pela Fundação ENA e que tenham recebido avaliação positiva de seu desempenho.

Os honorários que serão atribuídos aos professores respeitarão o Decreto 1.350, de 28 de janeiro de 2013, do Governo do Estado de Santa Catarina, que fixa critérios para a concessão de honorários de hora-aula na Fundação ENA.

5.5.1 Formação e currículo dos docentes

A seguir está a lista de docentes credenciados pela Fundação ENA para ministrar as aulas deste curso de Especialização:

Prof.^a MSc. Ana Paula Carneiro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UDESC, graduada e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atuou na Prefeitura Municipal de Florianópolis como professora efetiva de ciências, Coordenadora Pedagógica e Coordenadora de Núcleos de Educação de Jovens e Adultos. No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) atuou nos Cursos de Pós-Graduação nas funções de orientador (tutor) de Cursos de Pós-Graduação a distância (Especialização em Design Instrucional, Especialização em Educação a Distância e Especialização em Educação Ambiental) e Coordenador de Cursos de Pós-Graduação a Distância (Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação). Na Universalidade do estado de Santa Catarina (UDESC) atuou como professora no Curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância (CEAD) por oito anos, atuando nas disciplinas de Fundamentos da Educação a Distância, Metodologia da Educação Científica, CME Ciências, CME Ciências II e Educação de Jovens e Adultos. Atuou, por seis anos, na função de Coordenação da Equipe de Tutores presenciais e a distância da UAB/CEAD/UDESC. Atuou na UDESC, na função de Design Instrucional na ESAG/UDESC, acompanhando os cursos de Graduação em Administração Pública e Especialização em Gestão Municipal e faz parte da equipe do Multi.Lab.EaD - Laboratório Multidisciplinar de Desenho e Produção de Material Didático para EaD/CEAD/UDESC. Atua como Design Instrucional na Fundação Escola de governo ENA.



Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5007038132435832>

Prof.^a MSc. Ana Luize Corrêa Bertoncini

Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atualmente está no último semestre do curso de doutorado em Administração no Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da mesma instituição. É pesquisadora e coordenadora executiva do AdmEthics - grupo de pesquisa em Ética, Virtudes e Dilemas Morais em Administração, desenvolvendo pesquisas na área de AI Ethics, nas quais busca compreender aspectos como agência moral, autonomia, alinhamento de valores e tomada de decisão no contexto da inteligência artificial. Fez parte do Callipolis - grupo de pesquisa de Política Pública e Desenvolvimento, onde desenvolveu pesquisas sobre o uso da Economia Comportamental em Políticas Públicas. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2016) e graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/2010). Trabalhou na XP investimentos e no Itaú Personnalité, período que, paralelamente, desenvolveu pesquisas sobre Economia Comportamental e endividamento em parceria com o prof. Sérgio da Silva da UFSC. Hoje é bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dedica-se a pesquisa e orientação dos estudantes de graduação do AdmEthics. Seus interesses em pesquisa são Ética, Inteligência Artificial, Políticas Públicas e Economia Comportamental.

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/8116359113043883>

Prof. Dr. Denilson Sell

Possui bacharelado em Ciências da Computação pela Universidade do Vale do Itajaí (1997), mestrado (2001) e doutorado (2006) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de doutoramento na The Open University. Atualmente é professor no Departamento de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina. Atua também como diretor e pesquisador no Instituto Stela. Atuou como pesquisador e coordenou diversos projetos de PD com organizações públicas (como a Plataforma Lattes e a Plataforma Aquarius com o MCTI, Libra Human Factors com Petrobrás e o Consórcio de Libra, Plataforma iAraucária com a Fundação Araucária, Plataforma PRAIS com Organização Panamericana de Saúde, Portal SINAES com o MEC, DCVISA com a ANVISA e SIBEA com o MMA), organizações privadas (como Busca Semântica com Embraer e Plataforma de Gestão da Ética e da Integridade com o Itaú/Unibanco) e terceiro setor (como a Plataforma para Gestão do Absenteísmo com o SESI/BA e Plataforma da Gestão do Conhecimento do SENAI/CE-FIEC). Atua principalmente nas seguintes áreas/temáticas: engenharia do conhecimento, gestão do conhecimento, business intelligence, inteligência artificial, ontologias, engenharia de resiliência, semantic web, planejamento de sistemas de informações e governo eletrônico.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5695753044496038>

Prof. MSc. Guilherme Kraus dos Santos

Mestre em Administração pela UDESC/ESAG (2015) e Graduado em Administração Pública também pela UDESC/ESAG (2009). Trabalha atualmente na Controladoria-Geral do Estado e também atua na função de professor colaborador do Departamento de Administração Pública, ministra a disciplina de Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos do Curso de Administração Pública da UDESC/ESAG.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0515128547588748>



Prof. Dr. Julíbio David Ardigó

Graduado em Engenharia Elétrica (1987), com mestrado em Engenharia Elétrica (1994) e doutorado em Engenharia de Produção (2004) pela Universidade Federal de Santa Catarina, sempre com estudos focados em computação aplicada. Realizou estágio pós-doutoral na University of Victoria (2015), relacionado com monitoração de avaliação remota. Vínculo profissional: Professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (40h), lotado no departamento de Administração da ESAG, onde ministra disciplinas relacionadas a Teoria da Decisão e TIC (ministradas em português e inglês), e professor permanente do PPGInfo (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) da FAED, onde ministra a disciplina de estatística. É líder do grupo de pesquisa LabTIC (Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicadas), certificado pela UDESC no CNPq desde 2002. Foco de atuação: Tecnologia de Informação e Comunicação aplicadas a Administração, Engenharia e Educação, principalmente em infraestrutura de tecnologia, e-Business, sistemas de ensino-aprendizagem, políticas de informatização e tecnologias da informação e comunicação.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5548053465975710>

Prof. Dr. Leonardo Secchi

É professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Esag), vinculado ao Departamento de Administração Pública e ao mestrado e doutorado em Administração (PPGA/Esag/Udesc). Tem graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Milão (Itália), com períodos sanduíche na Harvard University (EUA) e na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). Também possui dois pós-doutorados: em Políticas Públicas, pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), e em Administração Pública, pela Universidade de Lisboa (Portugal). Pesquisa e atua nas áreas de políticas públicas, reformas administrativas e sustentabilidade. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6155842099499614>

Prof. Dr. Marcello Beckert Zappellini

Graduado em Ciências Econômicas (UFSC) e Administração (Esag/Udesc). Mestre (UFSC) e Doutor (UFBA) em Administração. Professor dos cursos de Ciências Econômicas e de Mestrado Acadêmico em Administração da Esag/Udesc. Atualmente, diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da Esag/Udesc. Professor de ensino superior em universidades e faculdades públicas e privadas desde 1994.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0649301257204894>

Desembargador Dr. Marcos Fey Probst

Doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC).

Endereço para acessar este CV <http://lattes.cnpq.br/3648756148711333>

Prof. Dr. Marcos Vinício Wink Jr.

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV) e doutorado em Economia (Ênfase em Economia Aplicada) pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade



Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS), com período sanduíche realizado na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Avaliação de Políticas Públicas e Métodos Econômicos.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8495640072999330>

Prof. Dr. Marcus Tomasi

Possui graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1988), mestrado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001) e doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2012). É professor do Departamento de Administração Empresarial da Udesc/ESAG e atualmente Diretor Geral do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: administração financeira e orçamentária, educação, crédito e finanças.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9301344541639312>

Prof.^a Dra. Micheline Gaia Hoffmann

Graduada em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG, com mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e pós-doutorado em Administração na Universidade de Brasília - UnB. É professora associada na UDESC/ESAG, onde atua no Departamento de Administração Pública e no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Administração. É membro dos grupos de pesquisa Politéia e Strategos. Possui experiência profissional e acadêmica nas áreas de gestão da inovação; políticas públicas de inovação; cooperação universidade-empresa em projetos de inovação; implementação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica e de incubadoras de empreendimentos inovadores; cultura de inovação nas organizações; planejamento de projetos; avaliação de projetos públicos; design thinking aplicado à modelagem de projetos públicos. São temas de especial interesse: inovação no setor público; redes e processos colaborativos para inovação; cocriação de soluções inovadoras para problemas públicos.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6118985845064021>

Prof. Dr. Ricardo Alves Cavalheiro

Doutor em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2019), Pesquisador visitante do Instituto de Gobierno y Políticas Públicas da Universitat Autònoma de Barcelona (2018), Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2013), Especialista em Gestão da Previdência Complementar pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (2011), Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), Graduado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2009), Advogado (OAB/SC 30.207). Atualmente, é Professor titular do Departamento de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG). Atua nas áreas de Administração, Inovações Democráticas e Políticas Públicas.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6021776523167906>

Profa. Dra. Sullivan D. Fischer

Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Esag), vinculado ao Departamento de Administração Pública, Coordenadora do Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos e Pesquisadora do grupo de pesquisa políticas públicas e desenvolvimento (Callipolis) e professora do Programa de Mestrado



Profissional em Educação em Rede Inclusiva (PROFEI) do Centro de Ensino a Distância. É formada em Administração e especialista em gestão da qualidade pela Fundação Universidade de Blumenau, mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina e doutora em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia. Ocupou o cargo de Coordenadora de Organização e Métodos; da Qualidade no Serviço público em Blumenau, Coordenadora do Curso de Administração pública e Chefe do Departamento de Administração Pública, Diretora de Direitos Humanos no governo do Estado de Santa Catarina. Também atuou como Coordenadora de Projetos na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, como conselheira nos Conselhos: Universitário (CONSUNI), Ensino (CONSEPE) e de Direitos Humanos. Participa da Comissão de Educação na 1ª Infância no Estado de Santa Catarina. Pesquisa nas áreas de gestão e políticas públicas, implementação, direitos humanos, educação inclusiva.

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/6110817489088621>

5.6 Coordenação Técnica do Curso

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas será coordenado por **Leonardo Secchi** que possui graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Milão (Itália), com períodos sanduíche na Harvard University (EUA) e na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). Também possui dois pós-doutorados: em Políticas Públicas, pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA), e em Administração Pública, pela Universidade de Lisboa (Portugal). Pesquisa e atua nas áreas de políticas públicas, reformas administrativas e sustentabilidade. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU). É professor do Departamento de Administração Pública e do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/Udesc).

5.7 - Coordenação Pedagógica do Curso

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Políticas Públicas terá como coordenadora pedagógica **Ana Paula Netto Carneiro** que possui graduação e licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UDESC.

No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) atuou nos Cursos de Pós-Graduação nas funções de orientador (tutor) de Cursos de Pós-Graduação a distância (Especialização em Design Instrucional, Especialização em Educação a Distância e Especialização em Educação Ambiental) e Coordenador de Cursos de Pós-Graduação a Distância (Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação). Atuou por seis anos na



função de Design Instrucional de Cursos e na função de Coordenação da Equipe de Designers Instrucionais acompanhando a seleção os profissionais e o trabalho da equipe de design instrucionais e web designer. Durante as atividades no SENAC participou de diversos projetos distintos de EAD: implantação dos 20% nos cursos de graduação, a implantação dos cursos de especialização, a implantação dos cursos livres e cursos *in company*.

Na Universalidade do estado de Santa Catarina (UDESC) foi professora substituta do Curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância (CEAD) por oito anos, atuando nas disciplinas de Fundamentos da Educação a Distância, Metodologia da Educação Científica, CME Ciências, CME Ciências II e Educação de Jovens e Adultos. Atuou, por seis anos, na função de Coordenação da Equipe de Tutores presenciais e a distância da UAB/CEAD/UDESC. Atuou na UDESC, na função de Design Instrucional na ESAG/IDESC, acompanhando os cursos de Graduação em Administração Pública e Especialização em Gestão Municipal e fez parte da equipe do Multi.Lab.EaD - Laboratório Multidisciplinar de Desenho e Produção de Material Didático para EaD/CEAD/UDESC.

Possui publicações na área de Educação a Distância com foco em mediação, tutoria e design instrucional. Tenho experiência em orientação de TCCs na área de Educação a Distância e Educação Ambiental. Experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Biologia Evolutiva, atuando principalmente nos seguintes temas: Evolução Biológica, design educacional, formação de professores, educação ambiental, educação a distância, gerenciamento e edição do Moodle, educação, educação de jovens e adultos (EJA). Atuou como professora de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Coordenadora de Núcleo de EJA na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Atuou na Fundação de Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) no período de 06/08/2019 a 12/10/2020 e na Gerência de Eventos em Ciência, Tecnologia e Inovação e Bolsas no período de 13/10/2020 a 31/12/2022.

6 METODOLOGIA

Considerando que a Fundação ENA tem como finalidade a formação continuada de servidores públicos, numa perspectiva de desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública, as estratégias e metodologias de ensino precisam ser coerentes com estes aspectos.

Neste sentido, as estratégias de ensino que os professores irão utilizar em aula se basearão em trabalhos colaborativos entre os alunos, utilização de recursos audiovisuais e digitais, estudos de casos e, principalmente, o estudo de problemas reais concretos para



encontrar soluções (*problem based learning*).

7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A estrutura curricular será agrupada por disciplinas afins, na modalidade presencial com apoio on-line, e poderá ser complementada com a participação em seminários, discussões em grupos, trabalhos em grupo, trabalhos escritos e textos produzidos a partir dos conteúdos desenvolvidos.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A aprendizagem e o desempenho dos estudantes serão avaliados por meio de provas e ou trabalhos de acordo com a programação do professor responsável pela disciplina.

A cada disciplina cursada deverá corresponder uma avaliação de desempenho, que será realizada por meio de provas, trabalhos, resolução de estudos de caso, projetos, atividades práticas, devendo levar em conta o interesse, a participação e a frequência do aluno.

Além da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a cada disciplina, o aluno será aprovado se obtiver nota igual ou superior a sete, obedecidos os seguintes critérios:

Tabela de equivalência de notas numéricas/conceitos:

- A** - Excelente, com direito a créditos (nota 9,0 a 10,0)
- B** - Muito Bom, com direito a créditos (nota 8,0 a 8,9)
- C** - Bom, com direito a créditos (nota 7,0 a 7,9)
- D** - Insuficiente, sem direito a créditos (notas 5,0 a 6,9)
- R** - Reprovado, sem direito a créditos (notas zero a 4,9)
- FI** - Frequência Insuficiente

9 CONTROLE DA FREQUÊNCIA

A frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para cada disciplina, será controlada por meio de ficha com assinatura, dos alunos e do professor da disciplina.



10 CERTIFICAÇÃO

Título de **Especialista em Gestão de Políticas Públicas** a ser emitido pela Fundação ENA aos participantes Aprovados.

11 REGIMENTO INTERNO

Os alunos e docentes deverão observar as diretrizes do Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da Fundação ENA.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LASSWELL, Harold D. The policy orientation. In: LERNER, Daniel & Harold D. LASSWELL. **The policy sciences: recent developments in scope and method**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951. p. 3-15.

SBAP. Sociedade Brasileira de Administração Pública. **XI Encontro Brasileiro de Administração Pública: Normas de submissão**. Disponível em: <https://proceedings.science/cfp/ebap-2024?lang=pt-br>, acesso em 26 de janeiro de 2024.

SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.